

Igualdade de gênero: os obstáculos persistentes e os novos desafios

Flávia Biroli

Instituto de Ciência Política - Universidade de Brasília



ODS 5

igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas

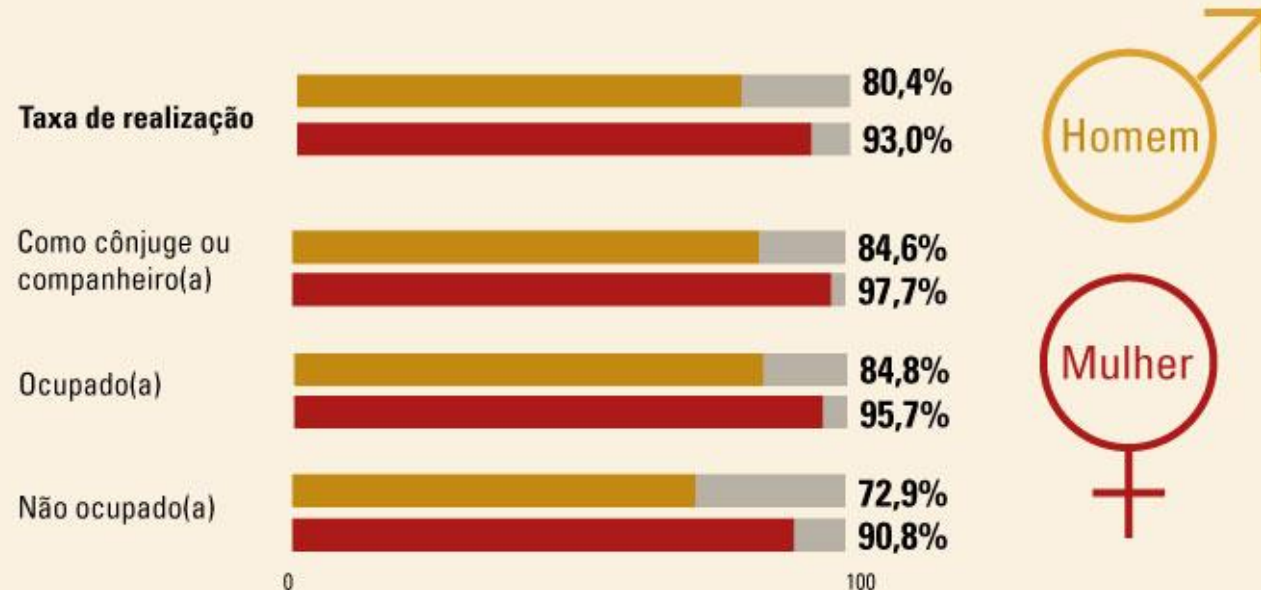
Reconhecimento e valorização do trabalho doméstico e de cuidado não pago por meio da provisão de serviços públicos, de infraestrutura e políticas de proteção social e da promoção de responsabilidade compartilhada no âmbito doméstico e na família como apropriada (5.4)

Indicador:
proporção de
tempo dedicado
ao trabalho
doméstico e de
cuidado não pago

Afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018

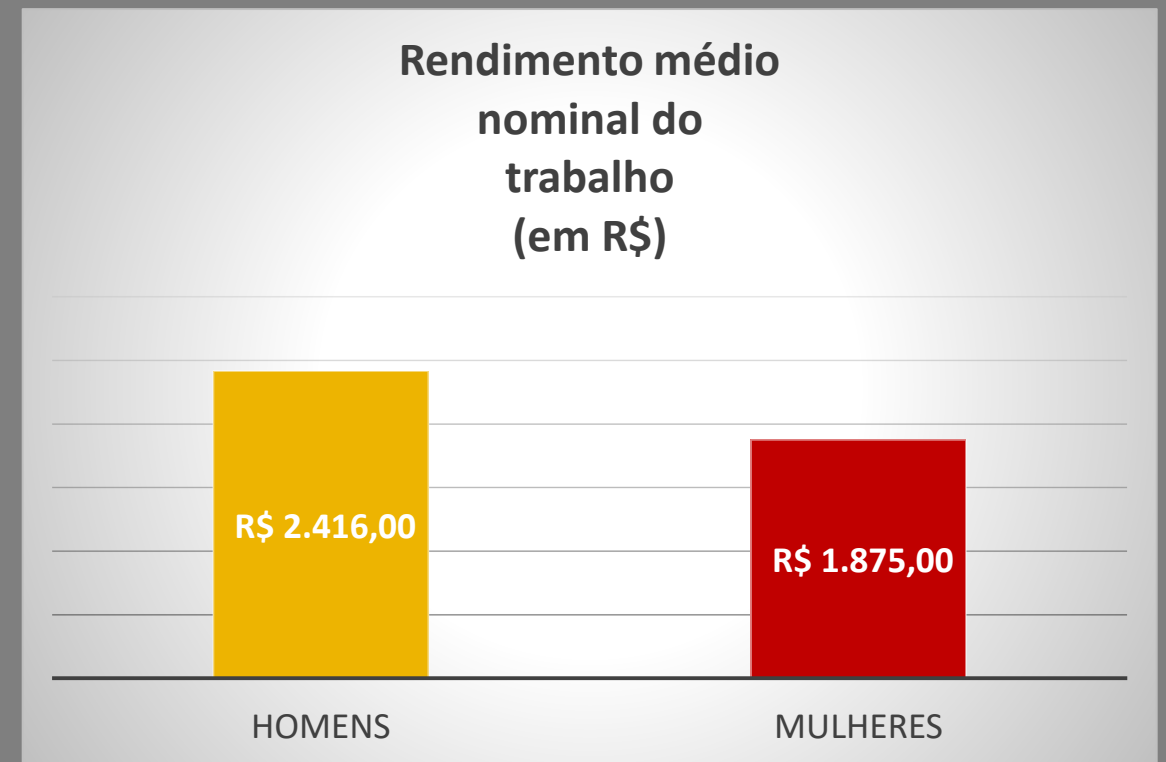
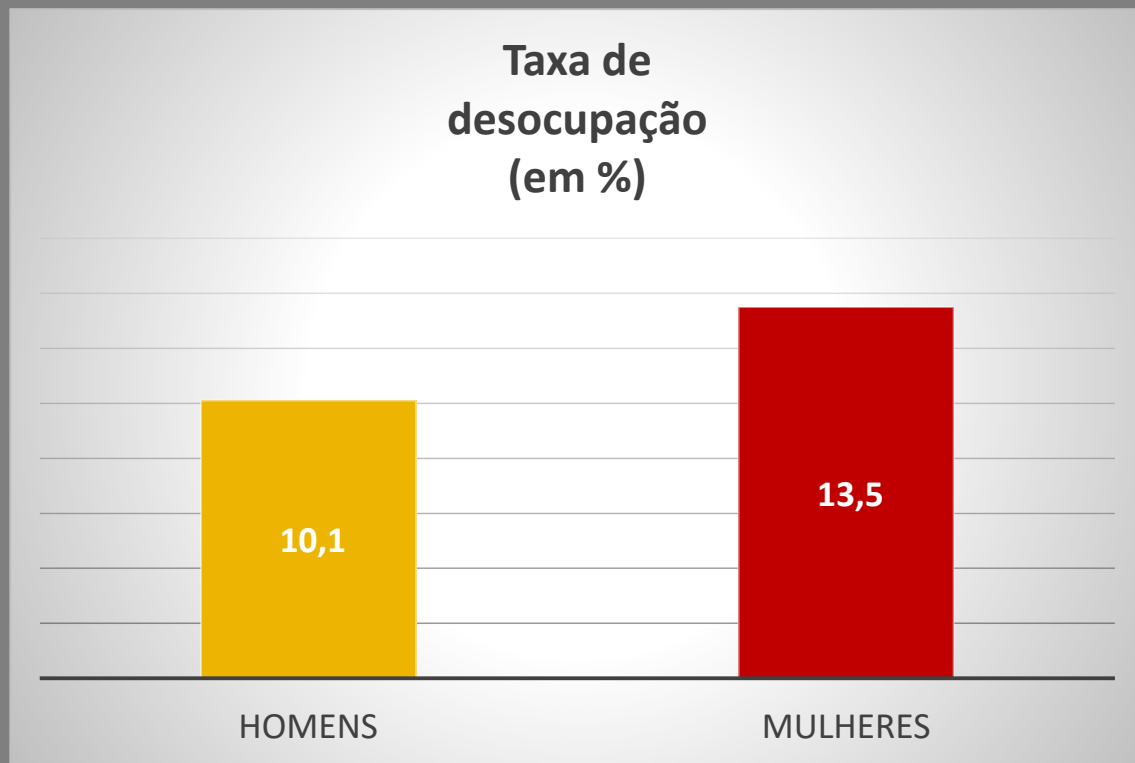


A proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos e cuidado de pessoas é sempre superior a do homens. Essa situação ocorre mesmo quando ela era cônjuge/companheira, ocupada ou não ocupada (desocupadas ou fora da força de trabalho).



Fonte: IBGE - PNAD Contínua - Outras Formas de Trabalho

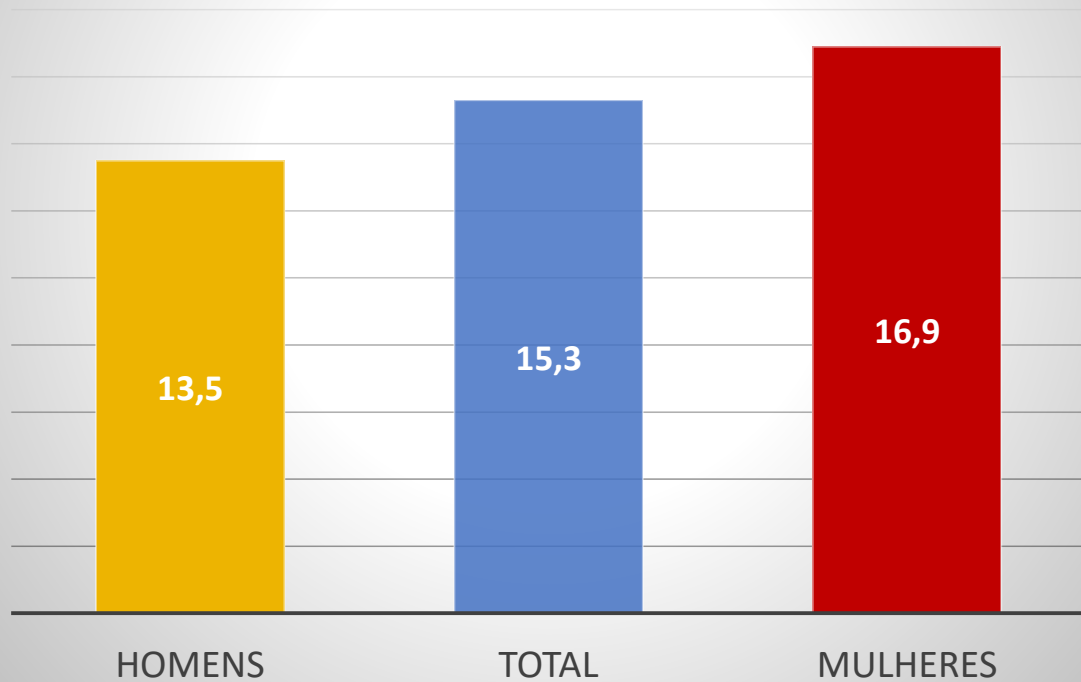
TRABALHO / desemprego e renda



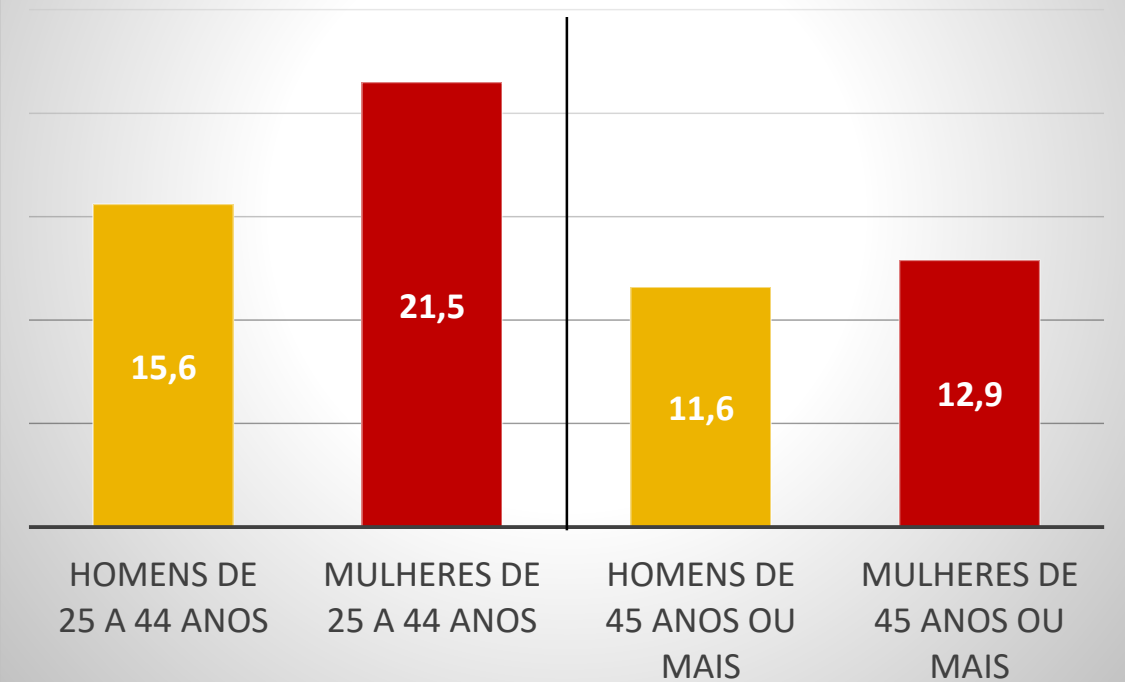
Fonte: IBGE - PNAD (4º trimestre de 2018, Brasil)

EDUCAÇÃO / ensino superior

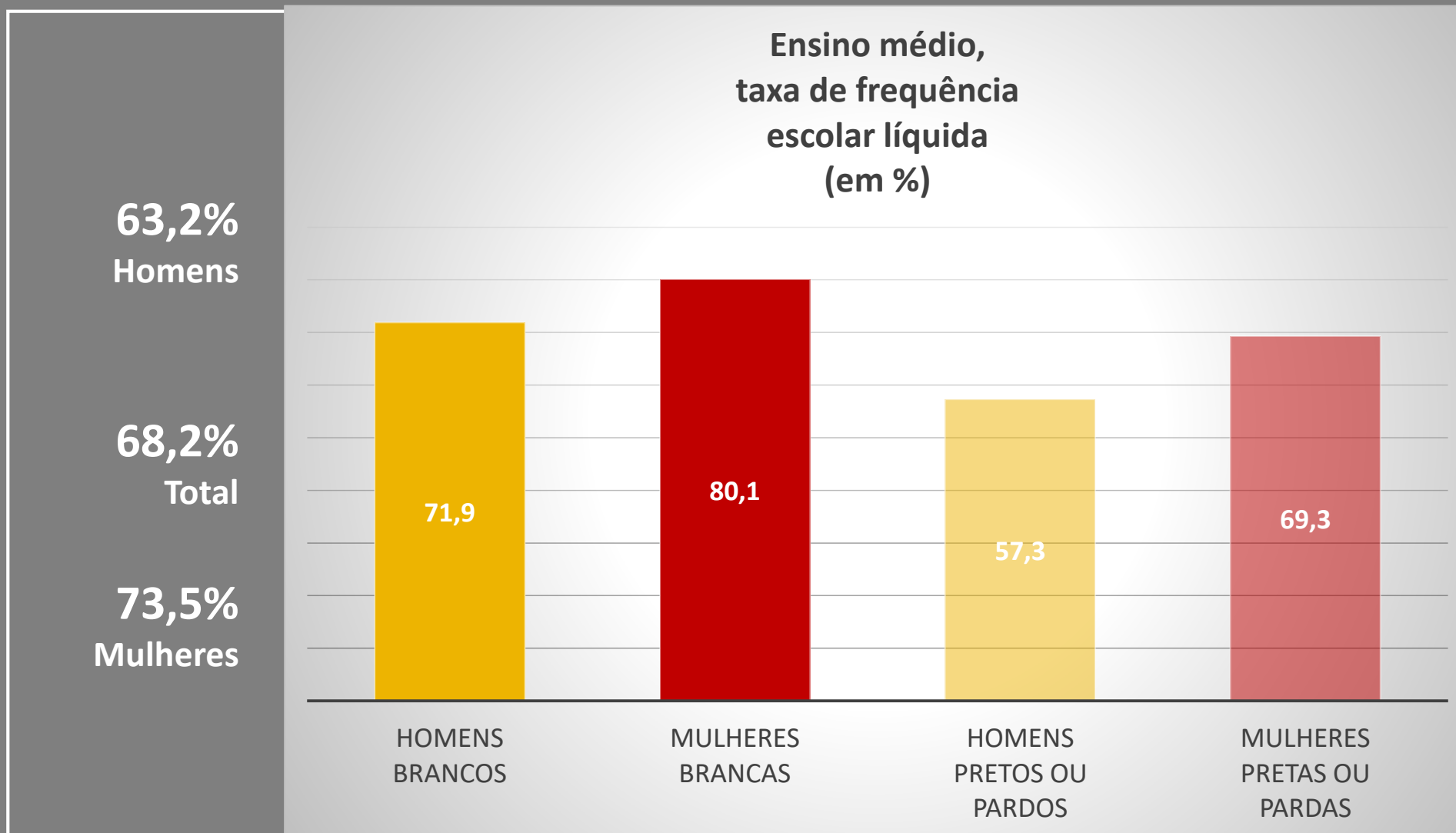
Total da população com ensino superior completo (em %)



Total da população com ensino superior completo, por faixa etária (em %)



EDUCAÇÃO / ensino médio




Fonte: IBGE - PNAD Contínua (2016, Brasil)

ODS 5

igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas

Garantir às mulheres a completa e efetiva participação e igualdade de oportunidades para a liderança, em todos os níveis de tomada de decisão, na vida política, econômica e pública (5.5)

Indicador:
Proporção de
assentos ocupados
por mulheres nos
parlamentos
nacionais



União Interparlamentar Ranking de 193 países

BRASIL

152^a
em 2018

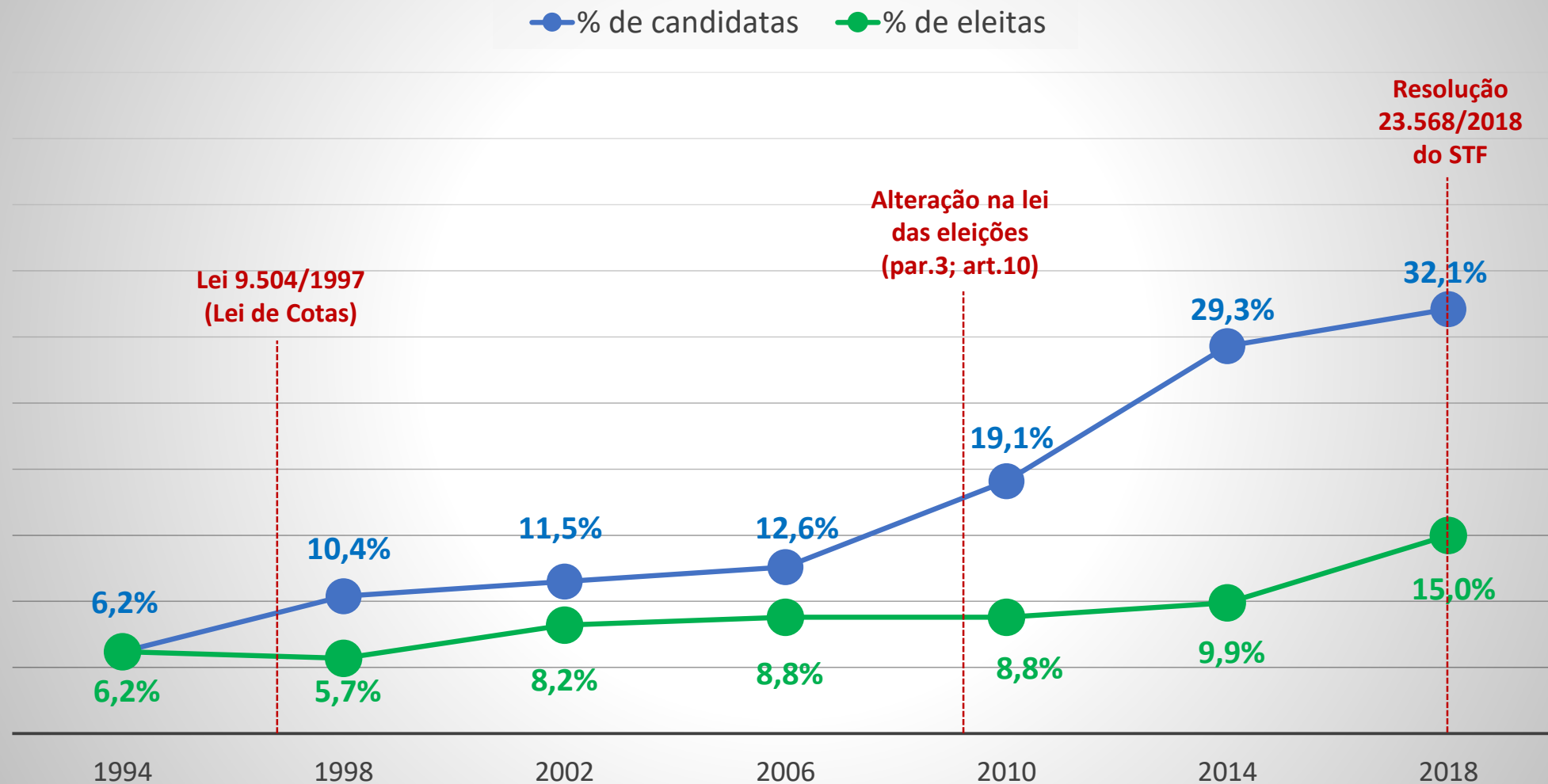
134^a
em 2019

No continente americano, o Brasil está hoje à frente apenas de Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Haiti e Paraguai.

Entre os 5 países com maior percentual de mulheres no Parlamento, 3 estão na América Latina: Cuba, Bolívia e México.

POLÍTICA / Câmara dos Deputados

Candidatas e eleitas, 1994-2018



POLÍTICA / dimensões da (sub)representação

Mulheres são 45% dos 16.018.485 brasileiros filiados a partidos políticos (TSE, 2016)



1 vez e meia o % de candidaturas femininas à Câmara dos Deputados (32% em 2018)

3 vezes o % de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados (15% em 2018)

4 vezes o % de prefeitas eleitas (11,6% em 2016)

Desafios / velhos e novos obstáculos

ESTRUTURAIS

Divisão sexual do trabalho / desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres, limitação da empregabilidade e das oportunidades de participação

Diretrizes político-econômicas que restringem o investimento público em políticas de cuidado e a redução das garantias ao trabalho acentuam as desigualdades de gênero

POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

Participação política / reprodução histórica do poder masculino, o papel das instituições e dos partidos, a fragilidade da lei de cotas brasileira

Reação à política de cotas quando mudanças na lei e no sistema de financiamento a tornam mais efetiva expõe riscos reais de retrocessos e resiliência do domínio masculino

SIMBÓLICOS

Estereótipos e estigmas / base na dualidade entre público e privado, na naturalização da “domesticidade” feminina e na dupla moral sexual

Reação aos fundamentos da agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual expressa na campanha contra a chamada “ideologia de gênero” acentua estereótipos e se volta contra as expectativas e oportunidade das novas gerações de mulheres

DEMOCRACIA, PARIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO

Consenso de Quito (2007)

“a paridade é um dos propulsores determinantes da democracia, cujo fim é alcançar a igualdade no exercício do poder, na tomada de decisões, nos mecanismos de participação e de representação social e política, e nas relações familiares no interior dos diversos tipos de famílias, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, e que constitui uma meta para erradicar a exclusão estrutural das mulheres”

Estratégia de Montevideu (2016)

Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030 depende da paridade como “ pilar central para gerar as condições para o exercício pleno dos direitos humanos e a cidadania das mulheres” , com “aprofundamento e qualificação das democracias e a democratização dos regimes políticos, socioeconômicos e culturais”.

Democracias em transformação

Crise, limitação de dentro, desdemocratização, pós-democracia / “a desigualdade se transforma em algo normal e normativo” (Wendy Brown, *Undoing democracy*, 2015)

OBRIGADA!

Flávia Biroli

Instituto de Ciência Política - Universidade de Brasília

flaviabiroli@gmail.com

